



PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO TRANSGÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS, PSICOLÓGICAS E AFETIVAS

PROCESS OF IDENTIFICATION OF THE TRANSGENDER AND ITS SOCIAL, PSYCHOLOGICAL AND AFFECTIVE IMPLICATIONS

Larissa Pereira Villike¹
Maria Madalena Silva de Assunção²
Paôla Cristina Mendes de Souza³
Thaynara Bárbara Martins Torres⁴

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisa realizada no Estágio de Práticas Investigativas II e III do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com pessoas transgêneros de ambos os sexos, e com duas instituições que oferecem assistência a esse público, no intuito de investigar como se dá o acolhimento dessas pessoas. O foco central deste trabalho foi levantar questionamentos à respeito das experiências sociais, afetivas e psicológicas e sobre a ausência ou não de suporte institucional voltado às transgêneros. Foi possível identificar a existência de inúmeras barreiras a serem transpostas pelos mesmos para sua inserção social, uma vez que as relações se encontram permeadas de múltiplas formas de preconceito em função da heteronormatividade que orienta nossa cultura. A partir dos dados obtidos neste estudo, é possível estabelecer um diálogo entre as demandas desse público e as políticas públicas atuais e refletir sobre a necessidade de implementação de Políticas Públicas mais inclusivas, uma vez que se percebe a ineficiência de órgãos públicos destinados às demandas dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero; Preconceito; Sexo; Gênero.

ABSTRACT: This article is the result of a research carried out in the Investigative Practices Internship II and III of the Psychology graduation course of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. This is a qualitative research in which the data were collected through semi-structured interviews with transgender people of both sexes, and with two institutions that offer assistance to this public, in order to investigate how they are received. The main focus of this study was to raise questions about social, affective and psychological experiences and about the absence or presence of institutional support for transgenders. It was possible to identify the existence of numerous barriers to be transposed by them for their social insertion, since the relations are permeated by multiple forms of prejudice due to the heteronormativity that guides our culture. Based on the data obtained in this study, it is possible to establish a dialogue between the demands of this public and the current public policies and to reflect on the need to implement more inclusive public policies, once it is noticeable the inefficiency of public agencies destined to the demands of this population.

KEYWORDS: Transgender; Prejudice; Sex; Gender.

1 INTRODUÇÃO

Os transgêneros e a diversidade sexual têm sido um tema de discussão atual na sociedade, visto em manifestações, debates, novos projetos de lei, dentre outros. No entanto, devido à falta de conhecimento sobre o assunto a transgeneridade é considerada por muitos como anomalia social, gerando intolerância diante das diferenças.

¹ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, unidade São Gabriel. larissavillike@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. mariamadalenabhz@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, unidade São Gabriel. souzapcm@gmail.com

⁴ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, unidade São Gabriel. thaynaramartin@gmail.com

Assim, o objetivo da pesquisa foi compreender as diversas formas de identificação de gênero a partir de revisão bibliográfica e entrevistas. Foram abordados assuntos como o reconhecimento do indivíduo como masculino e feminino, o processo de constituição da nova identidade dos transgêneros e suas implicações sociais, psicológicas e afetivas, bem como suas perspectivas em relação à sociedade. Além disso, buscamos compreender como é realizada a acolhida e o acompanhamento institucional do sujeito transgênero por meio do Instituto Pauline Reichstul e pelo Centro de Referência LGBT, referências na cidade de Belo Horizonte.

Pretendeu-se com esse estudo, promover uma reflexão sobre o tema e ressaltar a necessidade de se criar espaços para discussão no meio social e acadêmico, fazendo com que o assunto seja mais difundido e que os transgêneros possam, assim, ocupar mais espaços na sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para abordar essa discussão é importante que alguns termos sejam elucidados, como sexo, gênero, transgênero, heteronormatividade, preconceito, entre outros termos ou nomenclaturas que compõem esse universo.

Segundo Money (1998), citado por Cardoso (2008), o sexo é definido pela genitália com a qual o indivíduo nasce. Por outro lado, para Butler (2003) e Laqueur (2001), sexo não é uma condição pré-determinada, estática, mas fruto de uma construção histórica singular através da influência do poder e do saber da modernidade.

O modelo heterossexual, construído historicamente e culturalmente, dita as regras, valores e normas de identificação de gênero. Com isso, o que se encontra fora desse padrão é rejeitado, inibindo-se a liberdade do sujeito em relação à sua orientação sexual.

Gênero está relacionado a um sistema de distinções acordado socialmente do que descrições objetivas de traços inerentes à estrutura biológica. Scott (1989) argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. Ou seja, gênero não está estabelecido no nascimento, mas, trata-se de uma construção do sujeito e da sua identidade.

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais (SCOTT, 1989, p. 5).

Para diferenciar sexo de gênero Butler (2003, p. 165) acrescenta:

Se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos.

Quanto à transexualidade, para Bento (2012) é um fenômeno que reivindica a passagem do gênero imposto ao nascer, para o gênero identificado. Ao citarmos o termo transgênero devemos contextualizar o processo de identificação vivenciado pelo sujeito. Esse processo não se restringe ao sujeito biológico, mas sim à condição eleita a uma nova identidade ou uma expressão de gênero diferente daquela que se esperava, em função do sexo biológico ao nascer.

Transgêneros são as pessoas que realizaram ou estão em um processo de transição, mudança de gênero, abandonando a determinação biológica, ou seja, aqueles que diferem-se do sexo indicado pelas suas características fisiológicas, inaugurando, assim, uma nova identidade de gênero para vivenciar o gênero com o qual se identificam, inaugurando uma nova identidade de gênero.

Uma perspectiva subjetiva sobre o corpo permite pensar que o mesmo é uma “folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, através de uma série de significados culturais, assume o gênero” (BENTO, 2012, p. 2658). Partindo desse pressuposto gênero pode ser compreendido enquanto uma construção e não como algo definido biologicamente, mas resultado de identificações culturais e sociais.

Baseando em Jayme (2010), podemos afirmar que os transgêneros se constroem através do corpo e se expressam desse modo.

Seu corpo pode ser visto como a marca da pessoa, pois é por meio desse corpo que eles se diferenciam e expressam alteridade e, mais do que isso, o corpo - e, então, o sujeito - é transformável, performativo, tanto no sentido de que expressa algo como naquele que acrescenta a transitoriedade ao sujeito. (JAYME, 2010, p. 193).

Ainda de acordo com Bento (2012) não há uma única “identidade trans”, e sim diversas posições de identidade, que formam uma complexa rede de identificações. Assim, se difere do modelo dualista aceito socialmente. A partir disso surgem alguns pontos conflitantes como o uso de banheiros, o nome de nascimento e o nome social. O nome social é um elemento muito significativo e importante na vida do transexual, já há alguns anos tal questão vem sendo debatida. Em 2010 através da Portaria nº 233, de 18 de maio foi aprovado e garan-

tido aos transgêneros a utilização de seu nome social. Art 1º [...] “Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.”

A heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a um conjunto de valores, normas, dispositivos pelos quais a heterossexualidade é colocada como a única possibilidade natural de expressão de identidade e prática sexual, de modo que a homossexualidade, a transgeneridade e qualquer outra prática sexual que não seja reprodutiva, são consideradas como crime, aberração, perversão, imoralidade. Ainda sobre essa concepção podemos dizer que “a heterossexualidade é tida como compulsória, única e legítima e todos que não se enquadrarem a ela serão excluídos se forem percebidos pela sociedade a partir desse contexto.” (MOURA; LOPES, 2014, s/p).

Ávila e Grossi (2010) afirmam que no decorrer da segunda metade do século XIX, o discurso médico estabeleceu uma correlação entre travestismo feminino e “inversão sexual” que se mantém na literatura médica e no senso comum até hoje. Isso mostra o interesse da ciência de nomear e classificar como patológicas as práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo e as transgressões ao código de vestimenta.

Ainda de acordo com as autoras, em 1987, a transexualidade (na época chamada de transexualismo), foi incluída no Diagnosticand Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-III (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) para os indivíduos que demonstram durante dois anos ou mais, um interesse em transformar o seu sexo biológico e o status de seu gênero social.

Segundo Athayde (2001) em 1994, o DSM-IV trocou o termo Transexualismo por Desordem da Identidade de Gênero, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) e na sua última versão, em 2001, o DSM trocou “Desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero”, termo usado atualmente.

Conforme Ávila e Grossi (2010) no final do século XX, o Movimento Transgênero surge como um crescente desdobramento do Movimento LGBTTT⁵, mobilizando recursos para gerar mudanças políticas e jurídicas na sociedade em diferentes partes do mundo.

Ainda de acordo com Ávila e Grossi (2010, p. 2):

O Movimento Transgênero se distingue do Movimento LGBTTT por ter reivindicações específicas, como a luta contra a patologização da transexualidade, e reivindicação de políticas que permitam o amplo acesso a serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais de saúde e a mudança de nome, condizente com sua identificação de gênero, entre outras.

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

Ambos os movimentos se destacam pela luta contra o preconceito e pela conquista de direitos. Tal situação pode se repetir nos mais diversos contextos, como família, escola, trabalho, grupos sociais, entre outros.

Conforme Schulman (2012) a relação familiar é a primeira experiência de convívio social, independente da forma como experienciam a sexualidade. A transfobia familiar é um fenômeno que faz parte da vida da comunidade transgênero e que se configura como uma crise cultural ampla, visto que se trata de uma violência evidente, mas, que ao mesmo tempo, é negada e invisível no mundo privado.

O ambiente escolar também deve ser considerado nesta discussão, de acordo com Junqueira (2009) o espaço escolar pode ser um lugar de reprodução de lógicas preconceituosas com pessoas não heterossexuais, comprometendo, assim, a inclusão educacional e a qualidade do ensino.

Em relação ao ambiente de trabalho Louro (2009) relata que uma das maiores dificuldades encontradas no mercado é a inserção do LGBT, que está marcado cada vez mais pela exclusão, mais especificamente quando tratamos de transgêneros, tendo em vista que trazem “as marcas do corpo” que tanto incomodam a sociedade, devido ao fato de a heteronormatividade ser predominante e o “diferente” ser inaceitável, como dito anteriormente. As estatísticas mostram que cerca de 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). “Ainda que elas queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga.” (LAPA, 2013, s/p).

Além das dificuldades já mencionadas o nome é uma questão de suma importância, por ser um elemento constituinte da identidade e está diretamente relacionado ao gênero, muitas vezes a pessoa trans adota o nome com o qual se identifica. Dessa forma, o nome social é um elemento muito significativo e importante na vida do transexual, e em janeiro de 2017, o governo de Minas Gerais, através do Decreto nº 47.148, instituiu o nome social, que prevê a utilização deste em âmbito social e, em dezembro de 2017 o decreto estadual número 47.306, institui a Carteira de Nome Social para travestis e transexuais no território do Estado (REIS, 2018). Sendo assim, os decretos deveriam garantir que todo transgênero seja tratado pelo nome do gênero pelo qual se identifica.

Sobre o nome de um indivíduo e a importância do nome social para os transgêneros, Reis (2018, p. 59) afirma que:

O nome constitui mais que a simples designação de uma pessoa. É um elemento importante de individuação de mulheres e de homens carregando consigo uma série de elementos que vão desde a história da pessoa até sua identificação no meio social. O direito ao uso do nome social é uma tentativa de se corrigir situações vexatórias para as pessoas travestis e transexuais, nas quais o nome civil lhes acarreta constrangimento em razão do gênero que apresenta ser diferente do gênero relacionado ao nome que consta em seus documentos. Nome social é, pois, a denominação que as pessoas, de acordo com suas experiências e suas preferências, escolheram para lhes representar diante dos demais.

O nome social é significativo, pois evita constrangimentos e o preconceito que muitos sofrem em instituições, além de reconhecer o indivíduo da forma que ele deseja ser visto e tratado perante a sociedade.

3 METODOLOGIA

O processo de desenvolvimento desta pesquisa se deu primeiramente por meio de pesquisa bibliográfica, com a discussão de referenciais teóricos atinentes ao objeto de estudo, com o propósito de compreender como ocorre o processo de identificação do sujeito transgênero e as implicações decorrentes.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por ser a mais adequada ao objeto de estudo, ou seja, o sujeito e suas particularidades no processo de identificação de gênero. Tal forma contribuiu na compreensão dos questionamentos levantados neste estudo, considerando que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p. 90).

Tendo em vista nosso objeto de estudo, os objetivos propostos, bem como as discussões teóricas sobre o assunto, elegemos como ferramenta de pesquisa a entrevista, de modelo semiestruturado. As mesmas foram transcritas e categorizadas para a elaboração da análise dos dados.

Foram realizadas quatro entrevistas com transgêneros na faixa etária de 20 a 34 anos, sendo dois deles do gênero feminino e os outros dois do gênero masculino. Além destes, também foram entrevistados representantes de duas instituições de acolhimento ao trans e sociedade LGBT, a Pauline Reichstul e o Centro de Referências LGBT. Foi possível perceber que houve um grande interesse dos transgêneros em relação ao projeto e à entrevista, pois sentiram como uma oportunidade de serem ouvidos, poder contar suas vivências e ainda contribuir para a reflexão e possível mudança da realidade, sendo assim, algo de grande importância para eles.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos entrevistados

Nesta pesquisa as pessoas entrevistadas foram: Débora⁶ que tem 20 anos de idade, nascida com o sexo biológico masculino e se identifica com o gênero feminino. Coursou até o terceiro período do curso de jornalismo e atualmente está fazendo graduação em arquitetura. Assim como Débora, a segunda entrevistada, Gabriela de 34 anos nasceu com sexo masculino, e se identifica com o gênero feminino. Ela está cursando o Ensino Médio e trabalha atualmente como Mobilizadora Social em uma Instituição, onde realiza ações vinculadas aos direitos humanos voltadas para o acolhimento de pessoas transexuais. O entrevistado Renato, de 21 anos, nasceu com o sexo feminino e se identifica com o gênero masculino. Está trabalhando como Auxiliar de Pizzaria. Pedro, de 28 anos, nasceu com o sexo feminino, porém se identifica com o gênero masculino. Trabalha como Auxiliar Administrativo na mesma instituição que Gabriela, é técnico em Eletrônica.

Tanto a literatura quanto o relato dos entrevistados mostram que o nome possui grande importância na identidade, no caso dos transgêneros, o nome social é uma etapa significativa da constituição de gênero, pois permite abandonarem o nome de registro, com o qual não se identificam mais, e se autodenominarem de acordo com o seu real gênero. Tal questão vem sendo debatida em diversos meios e em maio de 2010, através da Portaria de número 233, foi assegurado judicialmente o uso do nome social.

A respeito do nome, todos os entrevistados informaram que adotaram um novo nome conforme o gênero com o qual se identificam. Nenhum deles relatou o nome de registro e quando ocorreu a mudança, contudo o entrevistado Renato explicou que não gosta de falar sobre este assunto. Débora disse também que o nome de registro é o que consta em documentos oficiais, mas onde é permitido ela usa o nome social. Todos contaram ainda que nem sempre o nome social é respeitado.

4.2 Uma vida atravessada pelos preconceitos e sonhos

Ao serem indagados sobre o acolhimento e compreensão da sociedade, dos grupos e das diversas instituições aos sujeitos transgêneros, todos os entrevistados concordam que não há um cuidado eficaz, e sim diversos desafios.

⁶ Os nomes dos participantes deste estudo foram alterados para nomes fictícios para preservar suas identidades.

Para Débora, somente após se identificar em um grupo de amigos é que teve um acolhimento, mas ressalta que antes de consolidar essa amizade a postura dessas pessoas era bem “duvidosa” e faziam julgamentos. “Quando você anda na rua você percebe os olhares, as piadas, e se você deixar aquilo te incomodar não vai para frente”.

Pedro e Gabriela consideram que atualmente vivenciam as relações sociais de forma mais “tranquila” por terem hoje uma imagem mais correspondente ao gênero com o qual se identificam. Pedro cita, por exemplo, “tenho seios ainda, mas eu enfaixo bem apertado, então ninguém olha e eu me inclino muito para ninguém reparar o volume”. Ressalta, ainda, as dificuldades no processo de adequação de gênero “no meio termo quando as pessoas te conhecem ou quando você não parece nem uma coisa nem outra é horrível, porque todo mundo olha, aponta, tira um sarro. ”. Gabriela cita ainda: “Na minha família eu sempre tive apoio, só não tive ajuda financeira, mas mesmo assim era porque não tínhamos”.

Renato explica que sofre preconceito quando vai em boates e ao informar ser um homem trans, insistem que ele pague como feminino por causa de seu documento de identidade, salienta ainda que “muitas vezes a sociedade não entende, não quer entender [...] Sempre quando eu passo na rua, falam: “é menino ou menina? ”, ficam na dúvida, me olham diferente...”. Esta incompreensão gera grande constrangimento no mesmo, que por vezes é impedido inclusive de entrar nos locais, além da dificuldade em conseguir emprego, nas palavras dele: “Eu já perdi muito emprego por causa disso, por eu ser uma coisa que é diferente para a sociedade. ” Através de sua fala fica nítido o quanto o preconceito influencia na percepção que o indivíduo transgênero constrói sobre si.

Débora relata que isto ocorre de forma recorrente e exemplifica citando um caso de uma pessoa que se recusou a sentar-se ao seu lado, contudo ela ignora e acredita que em algum momento as pessoas terão que entender e aceitar. Questiona ainda qual seria a ação dessas pessoas se tivessem um filho trans.

A discriminação dos transgêneros pode estar presente também no contexto familiar, sendo expresso de várias formas. Em alguns casos há expulsão do membro da família, seja de modo velado (continuam morando no mesmo ambiente, porém é excluído ou ignorado), ou de forma concreta expulsando do convívio da casa, se relacionando de modo agressivo e chegando em alguns casos à violência física. Essa forma de discriminação está diretamente relacionada ao preconceito e pode concretizar-se de duas formas: a primeira delas seria de forma física, quando atinge o corpo, e a segunda o não-físico, que seria perpetuado cultural e verbalmente, atingindo principalmente o psicológico do indivíduo, sendo assim uma violência simbólica (BORRILLO, 2010).

Pedro também afirma que sofre preconceito por ser transgênero e cita que no próprio prédio onde mora já foi muito “destratado” pelos vizinhos. Já em relação ao uso de banheiros onde estudava, ou ambientes que frequentava, ele conta que não teve problemas devido às consequências do uso de hormônios que “disfarçam” os traços femininos. Relata também que no mercado de trabalho já sofreu discriminação quando se candidatava a uma vaga, segundo ele após entregar os documentos a vaga ‘some’ ou recebe a devolutiva de que seu perfil não se encaixa àquela vaga.

Outra situação que a discriminação é recorrente, de acordo com Pedro, se dá quando procuram ajuda médica, pois nem sempre o atendimento é satisfatório, e toda queixa é interpretada pelos profissionais da saúde como se estivessem com AIDS, além de não utilizarem o nome social nos centros de atendimento. Pedro declara ainda que também já teve problemas com a polícia pelo fato de seus documentos serem de um gênero e as suas características de outro (incompreensão de que ele é um homem trans) dirigindo a ele com o nome de registro, e utilizando termos no gênero feminino, o que configura um total desrespeito. Ele nos conta uma situação de agressão vivenciada:

[...] fui agredido na porta da minha casa. Primeiro o cara falou “ah, viado!”, eu tinha traços femininos ainda e quando abri a boca pra falar ele virou e disse “sapatão, que aberração você é”, me deu um soco e o porteiro ficou vendo e não fez nada. Chamei a polícia e não vieram. Fui à delegacia e expliquei para o policial que fui agredido por ser trans, pedi para me chamar de Pedro e ele sempre me chamava de fulana.

Gabriela narra uma situação em que se encontrava em um bar e uma de suas amigas a questionou em relação ao uso do banheiro, informando e insistindo junto à dona do estabelecimento que ela deveria utilizar o banheiro masculino, a dona do estabelecimento a ameaçou, dizendo que poderia proibi-la de frequentar o local.

O uso do banheiro para os transgêneros é uma questão delicada, principalmente em ambientes públicos como escolas, local de trabalho ou bares, como citou Gabriela. O problema se dá por algumas pessoas acreditarem e defenderem que os transgêneros deveriam utilizar o banheiro referente ao seu sexo biológico.

Cruz (2011) apresenta algumas reflexões a respeito da utilização do banheiro, que, independentemente do local em que este esteja, tem seu uso definido pelo sexo biológico. A mesma relata que em um curso presenciou essa dúvida vinda de diretores de estabelecimentos de ensino sobre qual banheiro o trans deveria usar: o feminino ou o masculino. Tendo em vista que tanto as meninas quanto os meninos não querem que use o banheiro deles, neste caso

encontraram como solução o banheiro da diretoria. Porém persiste a indagação: será que esse foi o melhor encaminhamento? (CRUZ, 2011, p.01)

Foi perguntado aos participantes da pesquisa se eles recebem apoio de algum grupo. Débora expõe que não tem contato direto com grupos específicos de transgêneros, mas faz parte de grupos da igreja católica, mesmo sendo uma instituição bastante fechada, vem se tornando mais aberta e flexível. Salienta, ainda, que já teve receio de ir a uma igreja e ser recebida como uma “pecadora”, que deveria “expulsar seus demônios”, mas ressalta que a postura do Papa Francisco tem auxiliado a posição da igreja a promover o acolhimento a todas as pessoas, mesmo que não concordem, eles respeitam, e não impedem a participação.

Pedro declara que teve certa dificuldade em encontrar um grupo que se identificasse, pois quando se fala de travestis as pessoas em geral associam à figura de um “homem vestido de mulher”. No entanto, no caso do homem trans não se tem uma referência, como explica Pedro: “Então você cresce assim, “Ah, transexual, travesti”, mas você só vê mulheres, só travestis, você não vê um homem, então é muito difícil. Cresce e fica assim: ‘Mas o que é que eu sou?’. Ilustra, dessa forma, as dúvidas e questionamentos que fazem parte do universo dos transgêneros. Gabriela se recorda de um projeto do qual participou e que faziam acolhimento a gays e travestis, realizando reuniões pautadas na prevenção de DSTs e AIDS, e cita como foi sua participação: “E nesse lugar, era onde a gente tinha o nome social respeitado, foi onde a princípio eu aprendi a lidar com as pautas LGBTs e tive que ganhar autonomia com relação a isso”. Renato relata participar mais de grupos de transgêneros, faz referência também à sua família, onde não encontra acolhimento, entretanto no seu grupo de amigos encontra total apoio. Aponta ainda que sua mãe também é muito julgada, porque as pessoas acreditam ser ela “culpada”. Através dos relatos pode-se perceber a tamanha influência que os grupos exercem no desenvolvimento do indivíduo.

A discriminação contra os transexuais se mostra presente também no contexto profissional. Há diversos relatos dos entrevistados sobre o processo de contratação, onde após a empresa perceber que se tratava de uma pessoa trans este era desclassificado para a vaga.

Sobre a área do trabalho Débora diz que atualmente não trabalha, mas quando cursava jornalismo fez alguns estágios. Neste momento, segundo ela, estava no “meio termo”, mas já assumia uma postura homossexual. Ainda de acordo com ela, há uma dificuldade em relação às instituições de trabalho no período pré contratual “você tem que adotar uma postura para ser contratado”, mas ressalta que após tal período essa postura é abandonada. Para Renato, no ambiente de trabalho também há uma certa dificuldade “eles olham muito diferente, eles falam você é mulher e pronto, então não recebo apoio nenhum”.

Em relação às instituições de saúde, os entrevistados tiveram experiências distintas, Débora conta que não negam atendimento a ela, mas há certa dificuldade por parte dos profissionais: “você não vê um médico te atendendo diferente por causa disso, normalmente tem essa falta de informação, muitas vezes eles parecem mais perdidos do que eu, porque num primeiro momento você tem que ensinar para ele o que você é, para ele tentar saber o que ele vai fazer”.

Renato relata ter encontrado grande auxílio nas instituições de saúde, onde tem o seu nome social respeitado, consegue suas receitas e atendimentos necessários. Já Pedro diz não ter tido boas experiências em relação aos atendimentos das instituições de saúde, em suas palavras “é um lixo você chegar lá e não ser respeitado, o próprio médico tem medo de encostar em você, o que acontece com as meninas, você chega com dor no dedinho do pé eles te mandam para AIDS”. Ele cita ainda o caso de um colega que teve problemas de saúde porque não ia ao médico ginecologista, sentia-se constrangido por ser uma especialidade que só atende mulheres e os médicos terem dificuldade de como agir diante do trans.

Gabriela também relata tal ação por parte das instituições de saúde em relação a AIDS e explica que esta foi a porta de entrada para saúde dos trans, porém ainda há muita estigmatização. Ressalta ainda o desconforto em procurar especialidades como urologista, por exemplo.

Ao refletir sobre as instituições de saúde em relação ao trans, os entrevistados foram indagados também a respeito das intervenções cirúrgicas, tendo em vista a importância do corpo neste processo. O corpo tem fundamental significado na redesignação de gênero, pois este é parte da constituição da identidade. Porém, tais alterações não compõem um elemento obrigatório, como é o caso de transgêneros que apesar de não se identificarem com o seu corpo optam por não realizar modificações corporais e utilizam de outros meios como roupas, acessórios, para construir as características do seu gênero. A realização da cirurgia exige um processo que o transexual deve fazer terapia psicológica, se submeter a testes, comprovar por meio de suas roupas, por exemplo, o gênero que se identifica, dentre outros procedimentos.

Débora nos diz que ainda não teve experiência com o tratamento do SUS, mas que está em uma lista de espera para fazer uma cirurgia de implantação de seios, e diz que quando entrou nessa fila, havia um tempo de espera de três anos. Ressalta ainda o alto valor financeiro das cirurgias e por isso a dificuldade em se fazer tais procedimentos na rede particular. Mas observa que apesar da demora, o SUS oferece algumas cirurgias e projetos de ampliação do atendimento ao transgêneros, e que as portarias relativas a estes atendimentos já passaram por mudanças, o que significa um avanço do sistema.

O processo transexualizador ocorre, em geral, primeiramente por meio do uso de hormônios e aos poucos se iniciam as cirurgias de readequação, que vão muito além da transgenitalização (modificação dos genitais). De acordo com Sampaio e Coelho (2012, p. 637) “em busca de uma adequação, optam por cirurgias, como: neocolpovulvoplastia (mudança do sexo masculino para o feminino), faloplastia (mudança inversa), mastectomia, histerectomia e hormonioterapia.”

Pedro lembra da grande demora no atendimento e conta que segundo cálculos de alguns amigos, a cirurgia de retirada dos seios, a qual ele irá se submeter de forma particular, no SUS demoraria cerca de 112 anos para fazer a cirurgia. Ele explica ainda que para realizar a cirurgia “o médico pede um laudo para atestar que você é trans porque é considerado mutilação, e você escreve de próprio punho dizendo ‘tipo, eu sei que vou ser mutilado e estou concordando.’”

Renato conta que ainda não pesquisou sobre as intervenções cirúrgicas realizadas pelo SUS porque não pretende fazer, diz: “eu não vou modificar nada no meu corpo.”

Gabriela ressalta a busca e luta pela criação de um ambulatório transexualizador em Minas Gerais, que ainda não existe. E também pela realização desse processo pelo SUS, pois desconhece alguém que já o tenha realizado, apesar de estar presente na cartilha do sistema não é algo efetivo.

Em relação ao atendimento dos transgêneros pelo Sistema Único de Saúde, a Portaria Nº 457, de agosto de 2008, afirma que o Ministério da Saúde oferece, desde a data da publicação da portaria, atenção às pessoas nesse processo. Segundo informações do Portal Brasil até 2014 foram realizados 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS. Ainda com base no portal pode-se perceber que a cirurgia em questão foi regularizada no Brasil apenas em 2008, pois até 1997, cirurgias de mudança de sexo eram proibidas no Brasil.

Ao conversar e ouvir os relatos dos transgêneros pode-se perceber que não se trata apenas de uma readequação de gênero, suas experiências nos mostram que há ainda uma grande discriminação por parte da sociedade, a qual reflete na sua vida profissional, acadêmica e pessoal. Também se torna nítido que elementos como o seu nome desempenham um papel significativo na construção da sua nova identidade. Assim como o nome, as cirurgias também estão presentes no universo trans, sejam estas mais simples, de modificações menores ou a de redesignação de genitais. Notamos ainda que há certa dificuldade por parte dos profissionais da saúde no atendimento aos transgêneros.

Ao perguntarmos como se percebem como transgêneros, os entrevistados relataram que não tinham conhecimento do termo transgênero, apenas se sentiam “diferentes”. Todos eles tinham esse sentimento já quando criança, mas não sabiam o que significava, deixando-os confusos, tanto pela falta de informação quanto pelo não diálogo com a família. A maioria deles também se sentia culpado por se ver diferente causando, assim, um conflito interno. Segue a fala de Gabriela:

O sentimento é de confusão e conflito pessoal. Você pensa assim: “mas não é isso?” Você fica com um monte de interrogação, que não sabe para onde perguntar. No meu caso, que já tenho mais idade e uma vivência um pouco diferente, com doze anos de idade eu não tinha acesso à internet e nem sabia se já era acessível a todos, e muito menos algum tipo de referência em que eu pudesse me basear, então, esse tipo de sentimento acaba sendo até de culpa, de se culpar pelo que você nem sabe o que é, e porque eles só vêm com maturidade. Até mesmo a questão da aceitação, o processo em relação ao seu corpo, que é um processo demorado e caro. Queria deixar meu cabelo crescer e não podia. Era traumático para mim ter que cortar o cabelo. Eu queria ter roupas femininas e eu não tinha. Chega a ser um castigo e acho que é muito sofrimento para uma criança... é um conflito muito grande.

Esse relato traz uma reflexão de como pode ser angustiante para um trans esse período em que ele não sabe o que é, e que muitas vezes trata-se de um longo processo de identificação. Na fala de Pedro, também podemos perceber esse conflito, envolvendo a família e sua identificação:

Então é uma confusão muito grande, não existe nada sobre o assunto, você não tem como conversar com família, você não tem como conversar com ninguém, escola muito menos, médico também não, então você sabe que é, mas não entende. Você não entende porque você é diferente. Na minha cabeça era assim, como se a natureza tivesse me sacaneado. Eu não entendia quando eu era mais novo, [...] eu achava que, sei lá, eu estou numa encarnação para pagar uma coisa muito horrorosa que eu fiz, eu achava que era isso, sabe? (PEDRO).

Ao serem indagados sobre como a família tomou conhecimento de sua identificação de gênero, Renato e Pedro relataram que ainda não contaram para os pais, por medo e por receio do que poderia acontecer. Já para outros, como Débora e Gabriela, essa descoberta foi feita por terceiros ou pela percepção da própria família. Os amigos já tinham conhecimento.

Os relatos demonstram que a reação de cada família é diferente em cada caso. Alguns tiveram mais dificuldade que outros. Pedro conta que foi expulso de casa e no caso da Débora, o pai se afastou. Segue o relato de Pedro e a seguir o de Débora:

Dentro de casa, na minha família, minha mãe, principalmente, era muito rígida, muito controladora, então não tinha conversa, era porrada e eu fui expulso de casa, então eu não consegui, antigamente, fazer a minha mãe me aceitar. Não podia usar nada masculino, de jeito nenhum.

Foi bastante difícil principalmente com o meu pai, por exemplo, a gente ficou um ano e meio sem conversar e depois ele se separou da minha mãe e a gente não tem tanto contato e toda vez que a gente tem contato é uma briga, por exemplo, se ele souber que eu estou fazendo uma coisa como quando eu usei a minha foto feminina no “whatsapp” basicamente a casa caiu, ele ainda não sabe que eu solicitei a mudança de nome e se ele souber eu sei que a casa vai cair, mas em geral o problema na família é só com ele, para a minha mãe foi uma coisa mais de um dia, foi aquele choque inicial, aí tivemos aquela conversa.

Em decorrência da não-aceitação da família, e preconceitos de terceiros, as relações afetivas dos entrevistados sofreram grandes mudanças, como explicitado no relato de Pedro:

Eu tive muitos problemas, aqueles “amigos”, que não são amigos quando você vai conversar dão as costas, namoradas – Ah, mas eu gosto é de mulher, não então eu sou mulher, você parece mulher porque se você não toma hormônios, elas acham que é, mas eu pretendo tomar hormônio, um dia vou ter barba, aí elas dizem então eu não quero, eu tenho esse problema que muitos meninos passam por ele também. Família por exemplo eu tenho uma prima que a gente cresceu junto praticamente grudado um no outro e ela não fala comigo mais... têm muitos primos meus que eles se recusam a me chamar de Pedro a me tratar no masculino, mas eles também não me chamam no feminino que sabem que eu respondo, aquele tratamento tipo assim eu gosto da sua mãe então eu tenho que conviver com você mas eu também não vou te tratar bem não. Alguns amigos da minha mãe se afastaram da minha mãe é uma coisa que eu gostei bastante e que os amigos verdadeiros da minha mãe foram o s primeiros a me tratar bem, me tratar no masculino conversaram com a minha mãe, me ajudaram muito no processo dela para ela entender.

Sobre as transformações em seus corpos, todos os entrevistados já fizeram e ainda fazem tratamentos para mudanças na aparência e no corpo, visto que a distinção entre homens e mulheres também se dá a partir do corpo, de sua aparência. “Mas os transgêneros vem destabilizar exatamente essa dicotomia essencializada e o fazem por meio do próprio corpo, da incorporação” (JAYME, 2010, p. 186).

Na fala de Gabriela, podemos perceber o quanto as questões relacionadas ao corpo são importantes:

Existem meninas que fazem processo de feminilização, retirada de saliência do gôgo. Eu já passei por todos esses processos. E são processos que não são baratos. Tem também o coquetel de hormônios que fazemos até encontrar um que dê algum benefício..., mas a gente recorre a alguns processos mais macabros, por exemplo, a aplicação do silicone industrial para criar forma física mesmo sabendo de todos os riscos. Mas é da vaidade e da necessidade da mulher trans: ficar próxima do corpo da mulher, do corpo que a gente tem referência. Eu fiz parte desses processos de aplicação de silicone industrial e faço uso do hormônio.

Um desses tratamentos de mudança do corpo, a que o transgênero se submete é a cirurgia de redesignação. Alguns relatam que o encaminhamento para esse tipo de cirurgia é

muito burocrático e difícil de conseguir, por isso, eles começam a tomar hormônios e outros remédios por conta própria. Assim, eles dizem saber dos riscos que correm, como fazer aplicação do silicone industrial, por exemplo, que pode causar sérios danos à saúde. Só depois é que procuram um médico, que, mesmo assim, ainda não sabem como tratar um paciente trans, segundo Pedro.

No meu caso o primeiro desafio que veio mais à cabeça foi a família, a minha mãe, pois as mudanças seriam óbvias, então nesse problema pensei, já assim tem dois anos que tomo hormônio eu já sabia que eu poderia tomar há muito mais tempo mas eu segurei porque eu não sabia, eu tava estudando ainda eu não sabia o que iria acontecer, a questão da testosterona só é aceita com receita, então você tem que caçar médico e médico quando você chega no médico ele não quer te acompanhar ele nem sabe o que é trans, então é difícil achar o médico, difícil o dinheiro para comprar o hormônio, é difícil se entender com a família...

Apesar das dificuldades pode-se perceber grande satisfação por parte dos entrevistados ao relatarem as mudanças que já tiveram até o momento, como a mudança da voz, os pelos crescendo, a forma do corpo, aplicação do silicone, etc.

Gabriela relata em uma de suas falas que o hormônio feminino não é tão eficaz quanto o hormônio masculino, sendo assim, para uma mulher trans essas transformações são mais difíceis e demoradas, a maioria delas, dependendo de cirurgias. Os entrevistados afirmam que o processo de mudança ainda está acontecendo e será para o resto de suas vidas, como o tratamento hormonal, cirurgias, etc.

Sobre os desafios nos processos de mudança do corpo Débora e Gabriela relatam respectivamente:

Com certeza o desafio é a falta de informação que você tem, não só na medicina. É uma das principais dificuldades que a gente encontra na mudança e na adaptação social.

O primeiro desafio é conseguir o dinheiro. Não precisamos de receita, pois aplicamos em nós mesmas, então não é tão desafiador. Só que não é de graça. Nós precisamos correr atrás e comprar. Aí é consequência de tudo que a gente já falou, a pessoa é expulsa de casa, então ela pensa: “Eu preciso trabalhar”, então nós vamos para rua prostituir para aperfeiçoar o nosso corpo. No meu caso, a minha família não me expulsou de casa, mas não estava lá na geladeira como compras do mês: “Comprar hormônios da Gabriela”. Outro desafio é o emprego, vários lugares não aceitam quando a pessoa trans está passando pelo processo de adequação, e acaba demitindo-a. “Quando eu vim fazer a entrevista de emprego aqui no instituto Pauline, a moça me perguntou: ‘O que você não faria?’” E eu respondi: ‘perder a minha identidade de gênero para conseguir emprego”.

Sobre os desafios encontrados nesses processos de mudança, a questão financeira se coloca como o maior problema, uma vez que precisam de dinheiro para comprar os hormô-

nios e fazer as cirurgias. Outro desafio é encontrar um médico para acompanhá-los e que faça uma receita para viabilizar a compra dos hormônios.

Além disso, a questão com o desemprego marca ainda mais a dificuldade de ter uma estabilidade financeira que possibilite tais tratamentos. Como podemos constatar no relato de Gabriela, que fala justamente sobre a dificuldade de conseguir emprego, e sem uma fonte de renda não conseguem custear esses tipos de tratamentos, muitas vezes forçando as pessoas trans a se prostituir.

A transexualidade muitas vezes está relacionada a cirurgias de mudanças e adequação ao gênero e, para realizar os procedimentos é exigido uma autorização atestando que o sujeito tem convicção daquilo que quer, para que não haja mais tarde, “arrependimento” por parte desse sujeito.

A vida da pessoa trans além de ser permeada de preconceitos, como nos mostram a literatura e o relato dos entrevistados, tem expectativa de vida reduzida, correspondendo 35 a 40 anos, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). De acordo com a associação europeia *Trans Respect* o Brasil é responsável por 40% dos 2.600 assassinatos cometidos no mundo na última década. Diante disso, surge a indagação de quais são as perspectivas futuras dos entrevistados.

Pedro revela um sonho de ver uma sociedade mais igualitária e sem preconceito “O meu sonho não é pessoal, quero chegar aos 60/70 anos, andar na rua e ver um menino trans, uma menina trans, travesti, o que for, e conseguir se matricular numa escola, indiferente do que estiver na sua identidade, conseguir estudar. ”

Débora considera que a sociedade já está caminhando para o futuro que Pedro espera. Ela afirma que a sociedade já avançou consideravelmente quando comparada ao passado, em termos de segurança, disseminação de informações e discussões sobre a sexualidade e políticas públicas.

Santos e Silva (2013) também consideram que muitas melhorias já foram alcançadas para a população LGBT, como a legalização do casamento civil e a possibilidade de uniões estáveis homossexuais. Miskolci (2007, p. 109) relata que "sobretudo, a possibilidade do casamento aponta para uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo". Além do reconhecimento social, essa conquista trouxe efeitos jurídicos, como direito à herança, partilha dos bens conjuntos, inclusão do companheiro em planos de saúde, dentre outros.

4.3 O acolhimento das Instituições Pauline Reichstul e Centro de referências LGBT aos Transgêneros

Desde a década de 1980, movimentos sociais têm lutado para garantir os direitos políticos, sociais e de saúde à população LGBT. Algumas diretrizes foram adotadas, como a contemplação dos direitos LGBT na Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde, assegurando que todos os indivíduos, independente da sua orientação sexual ou identidade de gênero tenham acesso aos serviços de saúde, de forma igualitária e sem preconceitos. Além disso, assegurou o uso do nome social por travestis e transgêneros.

Diante disso, nos propusemos a conhecer como ocorre o acolhimento e o acompanhamento de duas instituições que atendem aos transgêneros para conhecer como se dá esse trabalho e os desafios encontrados. Foram realizadas entrevistas com representantes do Instituto Pauline Reichstul e do Centro de referências LGBT, que acolhem e acompanham pessoas transgênero. Na primeira instituição os entrevistados foram Gabriela e Pedro (os mesmos que também se dispuseram a serem entrevistados e relatar suas vidas pessoais) e na segunda a representante entrevistada foi Elizabeth.

De acordo com o relato dos representantes, constatamos que no Instituto Pauline Reichstul não há o atendimento de uma demanda específica, buscam orientar o transgênero de acordo com a necessidade que esse apresenta que pode ser jurídica, social ou psicológica. Já o Centro de Referência LGBT enfatiza o acolhimento no sentido de garantir os direitos dessas pessoas.

Ambas as instituições relatam a predominância da procura dos transgêneros por orientações sobre como requerer a retificação do prenome. No CRLGBT, a entrevistada Elisabeth apresentou, ainda, algumas outras demandas que, indiretamente, estão relacionadas com a retificação do prenome:

Não é todo mundo que vai querer mudar o prenome oficialmente porque tem toda essa demora que pode durar até seis meses, então essas pessoas nos procuram muito para poder fazer essas queixas, “ah, eu fui no centro de saúde e meu nome social não foi respeitado, ah, eu quero retificar meu nome, como é isso? Ah, tô tentando entrar no mercado de trabalho e não consigo”, e ainda há pessoas que nos procuram por preconceito no trabalho.

A proposta do trabalho dessas instituições diverge em alguns aspectos: no Instituto Pauline Reichstul, segundo os relatos, toda demanda que o sujeito traz é acolhida, e os profissionais apresentam-lhes alternativas com o intuito de resolver qualquer problemática, de for-

ma acolhedora. O trabalho no Centro de referências LGBT é acolher as demandas trazidas pelos transgêneros e fazer articulações com outros setores públicos do município, no intuito de auxiliar o indivíduo a resolver as dificuldades encontradas de forma a promover uma autonomia e erradicação da vulnerabilidade desses sujeitos com relação aos direitos adquiridos.

Ao serem perguntados sobre como ocorre a procura pela instituição, afirmaram que a demanda geralmente é espontânea, e os transgêneros tomam conhecimento desses serviços prestados através das redes sociais, Internet e pela indicação daqueles que já foram atendidos.

O Centro de referência LGBT tem uma ligação com a rede de atendimento de âmbito municipal, no qual as pessoas são encaminhadas por essas redes, mas a divulgação do Centro é bastante deficitária. Elisabeth afirma que tal divulgação é feita por meio do “boca a boca”, e isso se reflete nos números de atendimento realizado pelo CRLGBT, dessa forma, se houvesse uma melhor divulgação o número de pessoas atendidas poderia ser maior.

O Instituto Pauline Reichstul não estabelece critérios para o acolhimento, conforme afirma Pedro: "O critério é assim: 'Está precisando?'", se há a necessidade, há o atendimento. Isso demonstra que há uma preocupação (ou interesse) em atender todos os tipos de demandas.

Embora essas políticas indiquem uma melhoria no acolhimento dos sujeitos transgêneros pela sociedade e pelas instituições, pouco ainda se manifesta na realidade cotidiana. A mudança de valores e representações sociais é o maior desafio no Estado brasileiro para que haja uma efetiva implementação dessas diretrizes (KOTLINSK; CEZÁRIO; NAVARRO, 2007).

Conforme Mello, Brito e Maroja (2012) tem-se acompanhado as dificuldades das Unidades Básicas de Saúde no respeito à identidade de gênero da população de travestis e transexuais, por exemplo, através da negação da inserção do nome social em formulários, da falta de acesso ao processo de intervenções transexualizadoras para quem deseja fazer mudanças em seu corpo, de modo a possibilitar um bem-estar social para além de práticas moralizantes e normatizadoras.

Além disso, verificamos a importância da ampliação dos cuidados integral à saúde voltada para a população LGBTTTT, capacitando e sensibilizando os profissionais da área, divulgação dos serviços ofertados nas unidades de saúde para os transgêneros, visando o processo transexualizador na rede SUS e atendimento psicológico com o objetivo de amparar no processo de constituição da identidade e proporcionar o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos transgêneros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, de elucidar questionamentos a respeito das pessoas transgêneros e como elas vivenciam suas experiências sociais, afetivas e psicológicas foi possível perceber que elas passam por inúmeros enfrentamentos durante todo o processo da sua identificação de gênero. Reconhecemos ainda que há muito a ser discutido e pesquisado e que o interesse em realizar esse estudo se deu em resposta à atualidade do tema e a contribuição que a Psicologia pode oferecer às pessoas trans.

A partir da literatura e dos dados fornecidos nas entrevistas verificou-se que este grupo, além das dificuldades particulares, encontra barreiras no tratamento médico oferecido pelo SUS para a mudança de sexo e das características secundárias. Existe ainda grande burocracia no que diz respeito à retificação do nome e o despreparo de alguns profissionais da área da saúde em lidar com essa população. Além disso, é importante ressaltar a interferência política, em especial de alguns grupos que compõem a Câmara Legislativa, resistindo à aprovação de leis voltadas ao público LGBT. Por mais que esses desafios sejam apresentados nas teorias, o contato com os transgêneros nos proporcionou um saber mais amplo e efetivo sobre os mesmos.

Acredita-se que esta pesquisa pode contribuir para um tratamento acolhedor e positivo dos psicólogos em relação a esses indivíduos, a fim de auxiliá-los em seus conflitos e desafios. Cabe ressaltar, ainda, a importância da ampliação de informações a respeito das pessoas transgêneros e seus direitos sociais, da fiscalização do atendimento prestado pelas instituições aos mesmos e da criação de políticas públicas para os sujeitos trans que considerem não só a realidade sócio-econômica-cultural, bem como as fragilidades características do processo de mudança de gênero e suas implicações físicas, psicológicas e sociais, promovendo assim visibilidade dessa população.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM**. 4 ed. Washington D/C, 1994.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA) e INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ATHAYDE, Amanda. Transexualismo Masculino. **Arquivos Brasileiros Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 407-414, ago. 2001.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. **Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer**. [S.l.]: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades UFSC, 2010. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%20%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%20%81SPORA-QUEER-Simone-%20%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>> Acesso em: 15 set. 2015.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, out. 2012.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGANOS/Min_Div/MPOG_Port233_10.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia**, [Florianópolis], v. 42, n. 1, p. 69-79, abr. 2008.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, dragqueens, transexuais: montando corpo, pessoa, identidade e gênero. In: CASTRO, Ana Lúcia de. (Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades**: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 7, p. 167-196.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Homofobia nas Escolas**: um problema de todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Cap. 1, p. 13-51.

KOTLINSK, Kelly; CEZÁRIO, Joelma; NAVARRO, Melissa. **Legislação e Jurisprudência LGBTTT**: Lésbica – Gays – Bissexuais – Travestis – Transexuais – Transgêneros: atualizada até 09.2006. Brasília: LetrasLivres, 2007.

- LAPA, Nádia. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. In: **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceitocontra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em: 21 set. 2015.
- LAQUEUR, Thomas. Da linguagem e da carne. In: LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001. Cap. 1, p. 13-40.
- LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Cap. 3, p. 85-93.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, jul/dez. 2012.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan/jun. 2007.
- MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. O preconceito e a discriminação de transgêneros no processo de recrutamento e seleção de pessoal: uma revisão bibliográfica. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., 2014, [Rio de Janeiro]. **Gestão de Conhecimento para Sociedade**. [Rio de Janeiro]: Associação Educacional Dom Bosco, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014.
- REIS, Andreia Resende dos. **Somos feitas de histórias: (auto)etnografia multilocal e produção de narrativas com travestis usuárias de um serviço público de saúde referência para doenças infectocontagiosas**. 2018. 219f. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 637-649, set. 2012.
- SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos; SILVA, Henrique Kramer da Cruz e. Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 15., 2013, [Curitiba]. **Anais...**[Curitiba]: Faculdade de Direito – Universidade Federal Do Paraná, 2013. p. 106-132.
- SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, p. 67-78, nov. 2012.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Ruffino Dabat, Maria Betânia Ávila. [S.l.: s.n], 1989.
- TRANS RESPECT VERSUS TRANSPHOBIA. Disponível em: <https://transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 14 fev. 2019.